

POSSESSÕES PORTUGUEZAS

e seus limites

Ilhas adjacentes

AÇORES

18°12' e 20°12' latit. N.

17°30' e 20°10' long. O. de Lisboa.

Arch. DA MADEIRA

32°52' e 33°7' latit. N.

17°30' e 18°7' long. O. de Lisboa.

Provincias ultramarinas

CABO VERDE

14°45' e 17°14' latit. N.

16°30' e 18°12' longit. O. de Lisboa.

GUINÉ

Norte: Uma linha estendida entre os rios Cascaes e Casiminas até 17°30' O. de Paris, seguindo d'ahi em diante o paralelo 16°45' até ao meridiano 18° O. de Paris.

Leste: O limite deves d'aguelte ponto pelo meridiano 18° O. de Paris até ao paralelo 17°45'.

Sul: De paralelo 17°45' uma linha a mais distancia dos rios Grande e Company, chegada a Cabinda (offensa do rio Congo ou Kibinda) segue essa offensa até ao meridiano 17°, continuando d'ahi em diante a mais distancia entre os rios Company e Casiminas até à foz do rio Cajal.

Oeste: Oceano Atlantico.

Todas as ilhas entre o meridiano do cabo Boas e a costa até ao paralelo 10°45' de latit. N. d'ahi a linha segue o paralelo 10°45' até ao canal das Plumas, seguindo por elle e depois pelo thalweg do rio Cajal até à costa.

S. THOMÉ

08°17' latit. N. e 15°38' longit. leste de Lisboa.

PRINCIPE

10°10' latit. N. e 15°38' longit. leste de Lisboa.

ANGOLA

Norte: Margem esquerda do rio Zaire até Naki, a

paralelo d'ahi prosegue até ao rio Congo e este rio até à sua origem.

Sul: O rio Congo desde a sua foz até à estacada que forma ao sul de Nambo, d'esse ponto o paralelo respectivo até ao rio Cabango e o curso deesse rio até Andara.

Leste: Portugal exerce a sua influencia sobre as territorialidades que occupam a provincia de Angola de do Moçambique, sem prejuizo dos direitos que n'elles tocho adquiridos outras potencias.

Oeste: Oceano Atlantico.

Portugal tem a esta provincia, nos pontos de Massari, Nalombo e Cabinda, ao norte do Zaire, o territorio do distrito do Congo.

O territorio do Congo é limitado:

Norte: Uma linha partindo de confluencia dos rios Luta Longa e Lohinda seguindo as aguas d'estes rios; segue depois a confluencia que sepece as aguas do Luta Longa e do Chiloango até ao meridiano 10°45' de Paris.

Leste: Segue o meridiano de Paris 10°45' até ao rio Chiloango e depois a linha d'este até à foz do Luanda, seguindo esta até ao meridiano 10°45' de Paris; depois segue este paralelo até ao rio do Luta Longa.

Sul: Paralelo do Cabo Longo até ao rio Longo, donde se dirige para o ponto Negro ao Rio-Paul.

Oeste: Oceano Atlantico.

MOÇAMBIQUE

Norte: Curso do rio Saveza até à confluencia do rio M'ingo e d'ahi a paralelo até ao lago Nyassa.

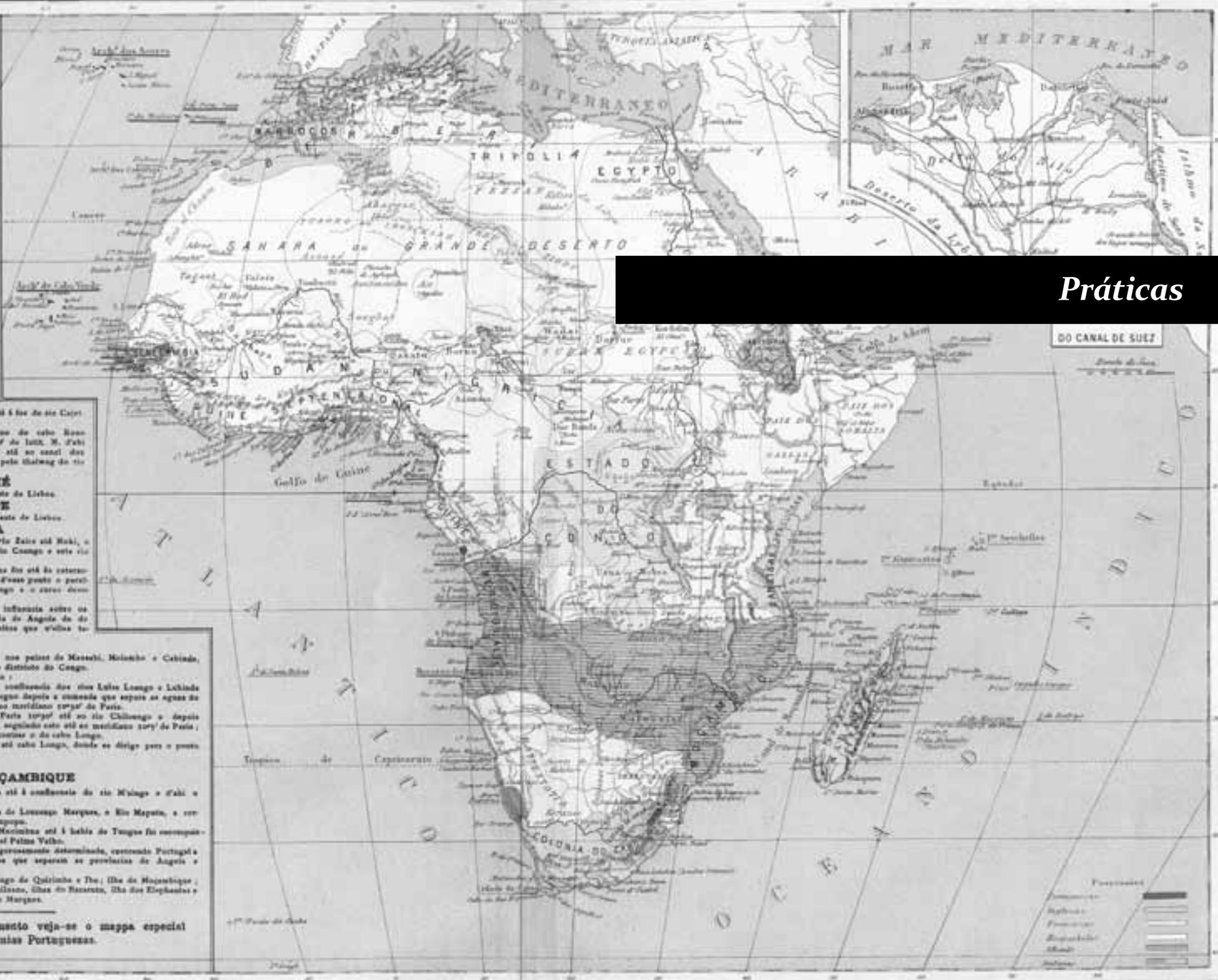
Sul: Paralelo do sul da bahia de Lourenço Marques, a Rio Mapeta, e meridiano do Lebombo até ao rio Limpopo.

Leste: A costa. Desde o rio Namitima até à bahia de Tongue foi occupada a costa, em 1852, pelo commandante Palma Velho.

Oeste: A fronteira não está rigorosamente determinada, compreendendo Portugal a sua influencia sobre as territorialidades que sepecece as provincias de Angola e Moçambique.

Portugal e Portugal: Archipelago de Quilimba e Tho; ilha de Moçambique; archipelago de Agulhas, ilha de Chiloango, ilha do Namato, ilha dos Elephantes e de Chibua na bahia de Lourenço Marques.

Para maior desenvolvimento veja-se o mappa especial das Colónias Portuguezas.



Práticas

DO CANAL DE SUEZ



LIMITES DA PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE

IMPOSTOS PELA INGLATERRA A PORTUGAL

Esboço geográfico dos territórios que ficam portugueses e dos que ficam restados a Portugal

por J. C.

1890



Ciência europeia e exploradores africanos: a viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida ao Kazembe

Eugénia Rodrigues*

p. 81-102

Introdução

Antes de vários exploradores oitocentistas se terem celebrizado nas viagens de travessia de África, foram empreendidas diversas tentativas de ligar as duas costas do continente. No século marcado pelas grandes expedições científicas mundiais organizadas pelas coroas europeias, o matemático e astrónomo Francisco José de Lacerda e Almeida foi um desses pioneiros, cuja jornada iniciada na África Oriental terminou abruptamente na corte do Kazembe (1798). A sua acção, distinta do papel desempenhado por informantes competentes, inscreve-se no projecto de realizar a viagem transcontinental com bases científicas, esboçado já pelo diplomata D. Luís da Cunha e pelo geógrafo Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville. Escolhido por D. Rodrigo de Sousa Coutinho pela sua formação científica e larga experiência nas partidas de demarcação da América Portuguesa, Lacerda e Almeida chegou a Moçambique munido dos múltiplos instrumentos da ciência europeia, mas teve de recorrer largamente aos conhecimentos locais e nomeadamente africanos. Este texto incide sobre essa viagem precursora, situando-se numa perspectiva de história social da ciência. Qual o papel dos actores africanos na construção do saber europeu? Como se processava a circulação da informação entre africanos e europeus? De que modo as lógicas endógenas às sociedades africanas e à sociedade colonial da África Oriental constrangiam as opções da ciência europeia?

Partindo dos diários deixados pelos comandantes da expedição, o Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida, que dirigiu a caravana até à sua morte na cidade do *mwata kazembe*, e o padre Francisco João Pinto, que a chefiou durante a estada na corte e na viagem de regresso a Tete, pretende-se analisar o contributo dos exploradores africanos para esta missão científica.

A utilização da categoria “exploradores africanos” pretende recuperar a importância dos conhecimentos e das experiências dos africanos nas viagens de exploração geográfica e considerar a interacção entre europeus e africanos no processo de construção

* Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.

da ciência, na sequência do estudo fundamental de Beatrix Heintze, que lhes chamou “pioneiros africanos”.

A importância dos conhecimentos produzidos por povos não europeus e os processos da sua apropriação pela ciência europeia têm sido evidenciados em vários estudos, à medida que a história da ciência deixa de estar confinada à análise da progressão dos saberes para se deslocar para as práticas, as circulações, as relações entre o local e o global. Nessa medida, os historiadores têm procurado analisar as conexões entre os saberes universais e autóctones, recuperando práticas locais em várias partes do globo².

Aqui interessa-nos, sobretudo, o conhecimento produzido em certas regiões de África e a sua circulação entre os exploradores europeus, que os utilizaram para traçar rumos e concretizar as suas viagens, bem ou mal sucedidas. Este artigo argumenta que o conhecimento detido pelos africanos era essencial para os exploradores estrangeiros construírem o conhecimento europeu sobre África. O foco deste texto serão, pois, esses actores bastas vezes anónimos, bem como a sua importância para as viagens europeias de exploração geográfica do continente africano. Embora a sua participação possa ser objecto de análise sob diversas perspectivas, a sua relevância será analisada a partir de duas dimensões: a sua importância como informantes dos exploradores europeus, antes e durante a viagem; e o seu papel em funções fundamentais da expedição como carregadores, guias e intérpretes.

1. Ciência europeia e projectos de travessia de África

Em 1798, chegou a Tete, a capital dos Rios de Sena, região dependente do governo da capitania de Moçambique, o Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida. Nascido na capitania de S. Paulo, no Brasil, ele era um matemático formado na Universidade de Coimbra, com experiência nas explorações geográficas na América, onde actuara ao serviço da coroa portuguesa no processo de demarcação das fronteiras³. Em África, a sua missão principal consistia em averiguar a possibilidade de travessia transcontinental, numa tentativa de ligar os estabelecimentos portugueses de Moçambique e Angola.

Os projectos de travessia de África – e a sua associação a um grande império português ligando o Índico ao Atlântico – foram recorrentes na história da expansão portuguesa. No entanto, o planeamento de uma viagem de exploração geográfica em moldes científicos, usando os instrumentos intelectuais disponíveis na ciência europeia, foi definido em 1725, em resultado da colaboração entre D. Luís da Cunha, diplomata português em Paris, e Jean-Baptiste Bourguignon d’Anville, geógrafo do rei de França. Dessa colaboração, surgiram novas cartas da África Austral, baseadas na geografia antiga e actualizadas com a cartografia portuguesa e holandesa e memórias sobre regiões do continente. Essa cartografia foi acompanhada por uma memória descritiva – *Description Geographique de la partie de l’Afrique, qui est au sud de la ligne Equinoxiale* – que sumariava os conhecimentos europeus sobre África, na sua maioria obtidos através dos portugueses. Nesses documentos e no delineamento

¹ Heintze 2004.

² Ver, por exemplo, Pestre 1995; Harrison 2005; Roberts 2009.

³ Eça 1951.

do próprio projecto de travessia evidenciava-se o uso de informações obtidas junto de comerciantes africanos, que, a partir da costa oriental bem como da ocidental, faziam as rotas do interior do continente e as passavam aos portugueses⁴. Como é conhecido, o projecto Cunha-d’Anville, do qual circularam várias cópias, inspirou posteriores tentativas de travessia transcontinental, algumas encetadas por governadores seus familiares ou com ligações de amizade próxima⁵. Na África Oriental, o ensaio mais relevante foi empreendido pelo vice-rei D. Pedro de Almeida Portugal, então, do círculo de relações pessoais de D. Luís da Cunha. Em 1748, ele enviou para Moçambique um capitão-mor, com a memória de d’Anville, na missão fracassada de avaliar a possibilidade de estabelecer um caminho para a costa ocidental⁶.

Todavia, o plano de D. Luís da Cunha e d’Anville continuou a influenciar sucessivos governantes portugueses. Foi nesse contexto que o secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, nomeou o Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida como governador dos Rios de Sena, tendo como fito principal investigar a possibilidade de efectuar a travessia de África⁷. A viagem de Lacerda e Almeida distingue-se das explorações geográficas ditas europeias porque ele próprio, embora inserido na cultura portuguesa, como oriundo da América Portuguesa, carregava já uma experiência colonial, distinta da dos exploradores europeus que calcorream o continente. Lacerda e Almeida fazia parte dessa geração de “cientistas-colonos” oriundos do Brasil que, depois de formados na Universidade de Coimbra, se notabilizaram em várias partes do império ao serviço da coroa portuguesa⁸. Analogamente, a maior parte dos elementos da comitiva que constituía o seu “estado-maior” nessa viagem tinha origem em várias partes do império português e estava inserida na sociedade colonial dos Rios de Sena, tendo aí nascido ou estando aí radicada havia anos.

Tal como os que antes dele tinham concebido a travessia de África, e de acordo com a instrução régia que recebera para buscar as cabeceiras dos rios Zambeze, correndo para o Índico, e Cunene, desaguando no Atlântico, Lacerda e Almeida estava convicto de que a viagem transcontinental teria de usar itinerários fluviais navegáveis. O seu roteiro inicial para transpor o continente consistia em partir da feira do Zumbo, na confluência dos rios Zambeze e Aruângua (Luangua), então a principal feira portuguesa no interior, o local donde partiam caravanas em direcção a norte, leste e sul, compostas exclusivamente por africanos, os mussambazes (*vashambadzi*) dos moradores. Ele decidiu, assim, passar o primeiro ano da sua estada nos Rios de Sena recolhendo informações no Zumbo, sobre o trajecto a seguir⁹. Era notório que o matemático pretendia usar essas rotas mercantis para buscar junto dos africanos notícias sobre os caminhos possíveis para atravessar África e, assim, estabelecer um “corredor imperial”¹⁰.

⁴ Sobre o uso de fontes orais africanas na elaboração desse projecto, ver Rodrigues 2007.

⁵ Sobre esse projecto e as tentativas de travessia de África, ver Mota 1962; Mota 1964; Santos 1988.

⁶ Sobre a tentativa de execução do projecto de D. Luís da Cunha e d’Anville pelo vice-rei D. Pedro de Almeida Portugal, conde de Assumar, marquês de Castelo Novo e depois marquês de Alorna, ver Rodrigues 2010.

⁷ Rodrigues 2012.

⁸ Sobre a categoria “cientistas-colonos”, ver Cruz 2004: 196-199; Pereira e Cruz 2006.

⁹ Francisco José de Lacerda e Almeida, “Instruções e diário da viagem da vila de Tete, capital dos Rios de Sena para o interior da África 1798”, in Holanda 1944: 185-186.

¹⁰ Sobre esses corredores imperiais, ver Benton 2010.

Todavia, pouco depois de ter tomado posse do governo dos Rios de Sena, em Tete, no final de Janeiro de 1798, o governador percebeu que estava aberto um novo caminho comercial para o interior de África. Esse itinerário unia as terras de Tete ao Kazembe, um potentado sedado no vale do rio Luapula, no nordeste da actual Zâmbia, cujos governantes ostentavam o título de *mwata kazembe*. Este reino emergira na primeira metade do século XVIII, em torno de migrantes idos da região Luba-Lunda, o império dos *mwant yaav*, a leste das possessões portuguesas de Angola. Conservando uma filiação cultural com a Lunda, os arundos do Kazembe mantiveram fortes conexões políticas e comerciais com os *mwant yaav*, remetendo escravos e cobre e recebendo, entre outras, mercadorias europeias idas de Angola. A expansão comercial para leste e sul fez-se controlando os bisas, localizados a nordeste do lago Bangweulu e a noroeste do rio Chambezi. Este povo, denominado “muiza” na documentação portuguesa, conduzia as caravanas até ao sul e este do lago Niassa (Malawi) para negociar escravos e marfim com os ajaua (mujaus), que os levavam a vender na Ilha Moçambique, Zanzibar e Quíloa¹¹.

Cerca de 1793, os bisas começaram a procurar os mercadores portugueses da região de Tete para comerciar marfim. Muito poucos se aventuraram a enviar as suas caravanas, mas, três anos depois, pela primeira vez, um morador dos Rios de Sena, o jovem Manuel Caetano Pereira, integrou essas expedições comerciais e visitou a corte do *mwata kazembe*¹². Após seis meses nesta capital, a expedição regressou a Tete, acompanhada por embaixadores do *mwata kazembe* Lukwesa Ilunga, o terceiro desta dinastia. Foi essa caravana que chegou à capital dos Rios de Sena, quando Lacerda iniciava o seu governo.

O *mwata kazembe* enviara os seus embaixadores Chinimba e Catara ao governador dos Rios de Sena, convidando os portugueses a fundarem uma povoação junto ao rio Aruângua, a meio caminho entre o Kazembe e Tete¹³. Uma segunda enviatura, comandada por Mussidansaro, fora dirigida a D. Francisca Josefa de Moura Meneses, a mais importante senhora de Tete, que, a par dos Pereira, enviara os seus escravos com mercadorias na anterior caravana, e pedia-lhe para ela lhe enviar um filho ou súbdito seu¹⁴. Os objectivos destas embaixadas eram notoriamente comerciais: Lukwesa Ilunga tentava ultrapassar os intermediários bisas, negociando directamente com os portugueses.

Ao constatar a existência desta rota que se dirigia para o norte a partir de Tete, Lacerda e Almeida iniciou um rigoroso inquérito junto do mercador que viajara até ao Kazembe, Manuel Caetano Pereira, e dos elementos africanos da expedição. Foi certamente nesta altura que ele se convenceu da sua capacidade não apenas para indagar sobre as nascentes dos rios que podiam servir de itinerário, mas para chegar ele próprio à costa ocidental africana¹⁵. O retorno próximo da embaixada enviada pelo

mwata kazembe apresentou-se como a oportunidade de empreender seguramente a derrota até ao Kazembe e aproveitar aquela que os arundos faziam até à Lunda, donde Lacerda e Almeida se assegurou existir comunicação com Angola¹⁶. Acresce que a caravana enviada por Lukwesa Ilunga integrava cerca de 300 ou 400 bisas, que podiam ser usados como carregadores, dada a falta de escravos em Tete, mortos ou afugentados por cinco anos consecutivos de seca extrema¹⁷.

Lacerda e Almeida iniciou então a preparação da expedição. Partiu de Tete em 1 de Julho de 1798, para acampar além do Zambeze, donde saiu dias depois, com o projecto de invernar no Kazembe para chegar a Angola no verão seguinte¹⁸. As desventuras do explorador paulista nessa penosa viagem são relativamente bem conhecidas. Ele descreveu-as no seu diário *Instruções e diário da viagem da vila de Tete, capital dos Rios de Sena para o interior da África 1798*¹⁹. O matemático acabou por morrer ao atingir a cidade do *mwata kazembe*, em Outubro desse ano, ainda antes de poder encontrar-se com o dignitário arundo²⁰. A expedição, conforme a sua instrução, passou a ser comandada pelo seu capelão, o padre Francisco João Pinto, que relatou os acontecimentos posteriores à morte do matemático num diário, a *Viagem do Cazembe a Tete em 1798 e 1799*²¹.

Embora Lukwesa Ilunga estivesse empenhado em ultrapassar os intermediários bisas, comerciando directamente com os portugueses, manifestou uma grande ambivalência com avanços e recuos quanto a autorizar a passagem da caravana para Angola. Após vários meses na corte do *mwata kazembe*, a caravana obteve autorização para regressar a Tete. Muito fragmentada e perseguida pelos bisas, pela concorrência que representava para os seus interesses comerciais, a expedição teve uma ainda mais atribulada e conflituosa viagem de regresso. O último viajante, o padre Francisco João Pinto, chegou às imediações de Tete a 22 de Dezembro de 1799, esfarrapado e a aguardar o escuro da noite para se refugiar nas suas casas.

Apesar dos seus infortúnios e, certamente, na sua perspectiva o seu insucesso, Lacerda e Almeida foi o primeiro explorador não africano a atingir esta parte de África e a descrevê-la para a ciência europeia. Esse feito inscreveu-o na lista dos exploradores estrangeiros do continente africano. De facto, as suas observações geográficas foram as primeiras sobre o interior de África, enquanto os seus relatos permanecem até hoje materiais importantes para o estudo da região no século XVIII. Através deles, o *mwata kazembe* e os seus súbditos, bem como uma série de outros povos encontrados no percurso da caravana, tornaram-se conhecidos na Europa. Primeiro, em Portugal, onde a obra de Lacerda e Almeida, amiúde citada na correspondência oficial, foi editada em 1844, nos *Annaes Maritimos e Coloniaes*. Posteriormente, em 1873, no auge das explorações europeias em África, o capitão Richard Burton publicou-a em inglês, com o título *The lands of Cazembe*, para um público mais vasto. Todavia, o explorador não poderia ter alcançado essa projecção, um tanto abafada pelos que lhe sucederam

¹¹ Os portugueses da África Oriental designavam a Lunda e o seu governante como Muropue, aportuguesando o título real luba *mulopwe*, que também era usado pelo *mwant yaav* e estava então bastante divulgado. Sobre o Kazembe, ver Cunninson 1959; Macola 2002.

¹² Notícias dadas por Manuel Caetano Pereira, in Múrias 1936: 384-397.

¹³ Carta do governador dos Rios Francisco J. Lacerda e Almeida para o governador-geral Francisco Guedes de Carvalho e Menezes da Costa, 22 de Março de 1798; Termo da embaixada do Kazembe, 27 de Fevereiro de 1798, AHU, Moç., cx. 80, doc. 85. Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...” in Holanda 1944: 214.

¹⁴ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...” in Holanda 1944: 214. Sobre D. Francisca Josefa Moura Meneses e o seu papel, ver Rodrigues 2000.

¹⁵ Rodrigues 2012.

¹⁶ Carta do governador dos Rios Francisco J. Lacerda e Almeida para o governador-geral Francisco Guedes de Carvalho e Menezes da Costa, 21 de Março de 1798, AHU, Moç., cx. 81, doc. 116.

¹⁷ Carta do governador dos Rios Francisco J. Lacerda e Almeida para o governador-geral Francisco Guedes de Carvalho e Menezes da Costa, 21 de Março de 1798, AHU, Moç., cx. 81, doc. 116.

¹⁸ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 198.

¹⁹ Francisco José de Lacerda e Almeida, “Instruções e diário da viagem da vila de Tete, capital dos Rios de Sena para o interior da África 1798”, in Holanda 1944: 175-261.

²⁰ Sobre essa viagem ver também, além dos estudos já citados, Martins 1997; Pereira e Cruz 1999; Raminelli 2008.

²¹ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe a Tete em 1798 e 1799”, in Múrias 1936: 251-377.

na segunda metade de Oitocentos, portugueses e outros europeus, sem o contributo fundamental dos africanos que o acompanharam. Com efeito, cabe lembrar que essa viagem fora executada já por exploradores africanos, mas ela, como tantas outras, não fora considerada antes porque não fora registada, como realçou B. Heintze, para as expedições da África Ocidental da segunda metade do século XIX²².

2. Conhecimento africano e viagens europeias

As informações fornecidas pelos africanos que integravam as caravanas que percorriam o interior de África foram essenciais para Lacerda e Almeida planejar a viagem transcontinental, que redundou na execução do trajecto de Tete ao Kazembe. Como enfatizou Mark Harrison, muito do se pensa ser ciência europeia foi produzido nos impérios europeus e era baseado em informações autóctones²³.

De facto, para descortinar as suas próprias possibilidades de chegar ao Atlântico e projectar essa viagem, Lacerda e Almeida interrogou longamente os membros da caravana chegada a Tete. Os registos desses inquéritos foram enviados para Lisboa²⁴ e ao longo do diário que escreveu Lacerda e Almeida fez bastas referências às notícias recolhidas antes da partida junto desses informantes africanos. Desse modo, eles não foram exactamente “informantes silenciosos”, como outros cujo papel foi obscurecido pelos administradores coloniais nos seus relatórios²⁵. Embora representados como actores marginais, estes africanos adquiriram visibilidade em todos os produtos narrativos das viagens de ida e regresso da expedição de Lacerda e Almeida.

Para achar a “verdade”, Lacerda e Almeida interrogou por repetidas vezes, em diferentes dias, o mercador dos Rios de Sena que viajara até ao Kazembe, Manuel Caetano Pereira, e os elementos das enviaturas africanas. Manuel Caetano Pereira era um mestiço, filho do comerciante goês Gonçalo Caetano Pereira, Dombo-Dombo, o “Terror”, e de mãe africana. Radicada na Java, uma mina ao norte de Tete, fora do espaço controlado pela administração portuguesa, a família vivia nas franjas da sociedade colonial dos Rios de Sena e com fortes laços com as chefias maraves do território²⁶. Mas, na descrição desses interrogatórios e nas suas conclusões enviadas para Lisboa, Lacerda e Almeida centrou-se não só no jovem Pereira como também nos depoimentos de dois embaixadores, Chinimba, filho de um chefe bisa, e Catara, um nobre arundo, os quais, aparentemente, eram os mesmos indivíduos que estavam alojados em casas dos moradores dos Rios de Sena e de cujos depoimentos foram lavrados termos. Estes embaixadores já tinham sido enviados pelo *mwata kazembe* à

Lunda, o que explica o interesse do governador português nas informações que eles possuíam sobre os caminhos para este potentado e acerca do que tinham ouvido na corte do *mwant yaav* relativamente a Angola e aos portugueses²⁷. No entanto, é notório que ele interrogou outros membros da caravana, “alguns cafres, nossos hóspedes”²⁸. O seu objectivo era alcançar informações o mais fidedignas possível pelo que não se cansou de fazer perguntas em diferentes dias e por distintos modos na tentativa de mitigar as dificuldades de comunicação em línguas que não dominava²⁹. Os dados reunidos por Lacerda e Almeida e organizados em textos enviados para o reino traduziam já um processo de acomodação do conhecimento produzido localmente às categorias europeias³⁰. E exprimiam fortemente a importância dos conhecimentos africanos para a ciência europeia.

Nesse inquérito, Lacerda e Almeida explorou as circunstâncias do itinerário referenciado entre Tete, o Kazembe, a Lunda e Angola, averiguando o número de dias de viagem e os caminhos percorridos³¹. Nesse exame, os rios, enquanto marcas relevantes da paisagem e possíveis vias de trânsito, adquiriram um papel especial. Ele pretendeu “ter uma exata informação dos rios que há, ou se atravessam de Tete para o Kazembe, e do Kazembe para Angola, e da sua grandeza, e parte para onde correm relativamente a quem vai de Tete, se para a direita, ou para a esquerda”³².

Os informantes africanos calcularam que o caminho do Kazembe à Lunda demorava dois meses e um mês o que conduzia daí a Angola. Lacerda confrontou os pontos marcantes do itinerário vivido pelos seus interlocutores, mormente os rios atravessados, com os que constavam nas cartas e memórias europeias. E, entre os cursos fluviais referidos, surgiam os rios Cuanza e Lucala, este traçado em alguns mapas como afluente do primeiro. Um dos embaixadores certificou, ainda, ter visto na Lunda uma bússola, como a que Lacerda e Almeida empunhava, e diversos bens de origem europeia, como espelhos, pratos, chávenas ou missangas, indício seguro de que havia a partir daí uma passagem para Angola. Estas novidades persuadiram o matemático de que estava já estabelecido um caminho africano para o Atlântico, o qual podia ser usado por ele.

Lacerda e Almeida tentou, então, reconstituir detalhadamente o itinerário de Tete ao Kazembe. Obteve o nome dos chefes por cujas povoações passava essa rota e os dias de caminhada entre elas. Informou-se sobre as condições físicas do itinerário, como os rios a transpor e os acidentes naturais encontrados, bem como sobre a disponibilidade de viveres no espaço a percorrer. Por fim, interessou-se pelas populações, indagando sobre os seus sistemas políticos e económicos, as regras de protocolo, a constituição dos exércitos e o modo de combate, a organização das cidades e os aspectos do quotidiano, como o vestuário, os penteados, as músicas. Neste inquérito, os informes

²² Heintze 2004: 32, 231-232.

²³ Harrison 2005: 60.

²⁴ Lacerda e Almeida expôs as informações colectadas e os seus argumentos para iniciar a viagem de travessia em carta ao secretário de Estado. Carta de Francisco J. Lacerda e Almeida para secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 22 de Março de 1798, AHU, Moç., cx. 81, doc. 116, publicada como “Documento B. Notícias dadas por Manuel Caetano Pereira, comerciante, que se entranhou pelo interior de África até à povoação ou cidade do Rei Cazembe, subordinado a seu pai, cujo Rei nos fica mais próximo à costa ocidental de África”, in Múrias: 1936: 384-395. Os restantes registos dos dados recolhidos e enviados a D. Francisco de Sousa Coutinho estão igualmente editados: Termo da embaixada do Kazembe, “Documento A”, in Múrias 1936: 383-384; “Documento C. Depoimento do Bandasio do Cazembe, que se achava em casa de Dionísio Rebêlo Curvo, de visita, mandado pelo dito seu Mambo Cazembe”, in Múrias 1936: 395-397; “Documento D. Depoimento dum cafre Muiza, sobre os caminhos para Angola”, in Múrias 1936: 398.

²⁵ Sobre esses “informantes silenciosos”, ver Lawrence, Osborn e Roberts 2006: 5.

²⁶ Sobre os Pereira ver Isaacman e Isaacman 1991.

²⁷ Aparentemente, os seguintes documentos correspondem a depoimentos de, respectivamente, Catara e Chinimba: “Documento C. Depoimento do Bandasio do Cazembe, que se achava em casa de Dionísio Rebêlo Curvo, de visita, mandado pelo dito seu Mambo Cazembe”, in Múrias 1936: 395-397; “Documento D. Depoimento dum cafre Muiza, sobre os caminhos para Angola”, in Múrias 1936: 398.

²⁸ “Documento B. Notícias dadas por Manuel Caetano Pereira, comerciante, que se entranhou pelo interior de África até à povoação ou cidade do Rei Cazembe, subordinado a seu pai, cujo Rei nos fica mais próximo à costa ocidental de África”, in Múrias: 1936: 392.

²⁹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 249.

³⁰ Sobre esse processo de acomodação, ver Burke 2000: 74-76.

³¹ Como acontecia neste tipo de viagens. Benton 2010.

³² Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 249.

relativos ao comércio assumiram uma enorme relevância, já que o estabelecimento de circuitos mercantis directos revelava-se da conveniência de ambas as partes³³.

Embora os relatos europeus fizessem geralmente eco apenas das descobertas geográficas certificadas por europeus, os viajantes estrangeiros em África compreendiam a vantagem, quando não a necessidade, de usar os conhecimentos locais. Os conhecimentos adquiridos pelos africanos tornavam-se, assim, fundamentais para fazer avançar a ciência europeia. Reunindo estes fragmentos de informação, Lacerda e Almeida pôde avaliar as suas hipóteses de sucesso na travessia de África e preparar a expedição. Mas, a representação que ia sendo construída sobre estes territórios partia das perspectivas que os africanos faziam passar da região e dos seus habitantes. Nessa medida, estes registos das informações africanas em si mesmos constituíam um relato africano, embora mediado pela sociedade colonial dos Rios de Sena e pelo seu governo português.

Durante o percurso, Lacerda e Almeida suspeitou e contestou bastas vezes as notícias que recolhera em Tete junto dos viajantes locais. Essa suspeição em relação ao depoimento de Manuel Caetano Pereira e dos comerciantes africanos traduziu-se em inúmeras críticas durante a viagem. Elas reportavam-se à disposição do terreno, por exemplo, à informação dada por Manuel Caetano Pereira sobre a existência de vastas planícies para lá do rio Aruângua, que Lacerda e Almeida não encontrava³⁴. Ou à informação prestada pelo mesmo sobre a existência do sal que Lacerda não descobria³⁵. Ou aos caminhos percorridos, tão distintos do itinerário fornecido pelos seus informantes bisas e por Manuel Caetano Pereira, que, porém, tinham feito um trajecto um pouco a oeste do então percorrido³⁶. Ou, finalmente, às notícias dadas pelos seus informantes sobre a direcção em que corriam os rios, o que fora para Lacerda uma preocupação maior: todos tinham afirmado que o Chambezi e o Rucurue corriam para leste, enquanto os mussucumas encontrados no percurso informaram que o Chambeze ia dar ao rio da cidade do Kazembe, a oeste³⁷. Essas discrepâncias incidiam igualmente sobre as relações políticas entre os chefes africanos. Ao contrário do que lhe tinham dito em Tete, ele apurou no caminho que nem todos os bisas estavam sujeitos ao *mwata kazembe* e pelas conversas com o embaixador Catara durante a viagem começou a duvidar de este governante ser “filho” do *mwant yaav*, como ele próprio e outros tinham assegurado³⁸.

Este “desencontro”, que Lacerda e Almeida atribuía quer às “mentiras” dos africanos³⁹, quer às deficiências dos intérpretes africanos, quer à insuficiência dos seus línguas portugueses no domínio simultâneo das línguas africanas e das matérias científicas, fê-lo confessar “perder a esperança de conseguir destes cafres as notícias que os homens sábios desejam alcançar”⁴⁰. Como outros viajantes científicos que olharam as sociedades africanas, Lacerda e Almeida exprimia a diferença entre as representações

³³ “Documento B. Notícias dadas por Manuel Caetano Pereira, comerciante, que se entranhou pelo interior de África até à povoação ou cidade do Rei Cazembe, subordinado a seu pai, cujo Rei nos fica mais próximo à costa ocidental de África”, in Múrias: 1936: 384-395.

³⁴ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 242.

³⁵ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 247.

³⁶ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 249.

³⁷ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 249-250.

³⁸ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 245.

³⁹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 259.

⁴⁰ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 246.

dos habitantes locais, quer fossem africanos, quer fossem nascidos em Portugal e no seu império, e a sua própria representação, elaborada segundo o método científico europeu⁴¹. Claro que, em alguns aspectos, essas discrepâncias podiam relacionar-se com estratégias de ocultação da informação ou de desinformação, como forma de salvaguardar rotas mercantis e estruturas de poder. Essas tensões em torno da informação disponibilizada conduziram Lacerda e Almeida a questionar todo o conhecimento que tinha adquirido junto dos africanos.

Após a morte de Lacerda e Almeida, o padre Francisco João Pinto prosseguiu, na corte do *mwata kazembe*, os esforços do seu antecessor para obter novas sobre as vias de penetração para a costa ocidental. E foi ainda junto dos informantes africanos, no caso os arundos, que ele colheu notícias sobre os modos de chegar a Luanda. Ele soube que no Chumbo, onde residia Xibuir, o genro daquele chefe, havia um rio, dado como Nhanzampote, cujas águas eram salgadas e sujeitas a enchentes e vazantes, apresentando-se como uma promessa para atingir o Atlântico. A informação recebida revelava que o percurso entre a cidade do *mwata kazembe* e o Chumbo demorava trinta dias, faltando oito para atingir a Lunda e mais oito para chegar à fronteira de Angola, dias que o padre reduziu a metade, considerando que esses viajantes só andavam cerca de 3h por dia. Ele interrogava-se se esse rio seria o Cuanza, o que significava que o almejado rio Cunene já teria ficado para trás, a sul da corte do *mwata kazembe*⁴². Enfim, eram ainda os exploradores africanos a fornecer informações aos europeus. Como noutras expedições científicas, a ciência europeia não dispensou neste ensaio de travessia de África a anterior experiência africana.

3. Expedições científicas europeias e caravanas africanas

Para além de informantes dos europeus sobre múltiplos aspectos essenciais às explorações geográficas, os africanos desempenhavam outros papéis imprescindíveis na execução das expedições. Eles actuavam como carregadores, guias e intérpretes ao longo dos percursos de “descoberta”, nos quais a prática adquirida por eles em viagens anteriores se revelava fundamental.

Caravanas e carregadores: unindo mundos

A organização das caravanas exigia o recrutamento de um número variável, mas sempre elevado, de carregadores. Como destacou B. Heintze, esse era um processo demorado e em que os europeus tinham de se subordinar, em larga medida, à prática construída pelos africanos⁴³. O transporte nesta parte de África, onde não existiam animais de carga, era feito pelas pessoas, em condições muito difíceis e que implicavam demoradas negociações.

A expedição de Lacerda e Almeida, a exemplo de outras, revelou essas dificuldades e a sua subordinação à experiência africana, tanto no processo inicial de recrutamento em Tete, quanto ao longo da jornada. Os moradores dos Rios de Sena estavam habituados a preparar caravanas comerciais com o auxílio dos seus escravos. Os elementos

⁴¹ Sobre essas diferenças, ver Bourguet 1997: 232.

⁴² Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe a Tete em 1798 e 1799”, in Múrias 1936: 275-276.

⁴³ Heintze 2004: 351.

que compunham cada uma dessas caravanas eram os *vashambadzi*, cujas funções consistiam particularmente em carregar e negociar as mercadorias, e os *achikunda*, com a tarefa principal de defender os viajantes e as suas mercadorias. Os membros dessas expedições eram principalmente os escravos, mas também podiam ser recrutados homens livres⁴⁴.

No entanto, os elementos da elite colonial não estavam preparados para organizar rapidamente uma expedição da envergadura daquela planeada pelo governador dos Rios de Sena, nem tão pouco, na sua maioria, se manifestaram disponíveis para desviar para ela as suas mercadorias e a mão-de-obra dos seus escravos. O processo de recrutamento foi extremamente conflituoso, ameaçando a concretização do plano de travessia, mesmo antes do seu início. Para além dos carregadores alistados entre os 300 ou 400 bisas que retornavam ao Kazembe com as suas próprias cargas, Lacerda e Almeida conseguiu reunir apenas cerca de 100 escravos. Vários moradores foram presos como forma de os coagir a ceder os seus cativos, sempre em pequeno número, sempre chegando aos poucos, sempre desertando⁴⁵. Assim, na falta de homens, Lacerda e Almeida aceitou a oferta de D. Francisca Josefa de Moura Menezes para que ele usasse as suas escravas, 300 mulheres que estavam então a trabalhar na mina de Maxinga, no percurso para o Cazembe. O matemático enviuvava durante a estada nos Rios de Sena e casara secretamente com a sobrinha dessa *dona*, na tentativa de angariar o seu apoio para a expedição. No final, Lacerda e Almeida escolheu 200 mulheres, que fizeram grande parte do trajecto transportando cargas pesadas⁴⁶. No entanto, se os senhores resistiam a ceder os seus escravos, também estes se opunham a integrar a caravana que iria levá-los durante meses a terras que não estavam habituados a frequentar. As fugas, na fase do recrutamento e durante o trajecto, constituíram uma regularidade.

Com efeito, as tensões características da sociedade colonial dos Rios de Sena marcam toda a questão da mão-de-obra durante o percurso até ao Kazembe. Os conflitos emergentes durante o processo de alistamento em Tete constituíram apenas o início das agruras do explorador. Ao longo do percurso, os escravos iam desertando, manifestando a sua oposição ao recrutamento e beneficiando do apoio dos seus senhores e dos próprios membros da expedição. Ao longo do seu diário, Lacerda e Almeida foi registando as constantes fugas dos carregadores, queixando-se da sua “insolência”⁴⁷, devido às cargas deixadas pelo caminho. Logo no início do trajecto, o governador dos Rios de Sena foi obrigado a antecipar o avanço para as terras dos maraves, para coarctar a evasão de escravos dos moradores, os quais se punham a salvo enquanto a caravana percorria as terras dos prazos da coroa portuguesa⁴⁸. Os moradores e oficiais do exército dos Rios de Sena que integravam o “estado-maior” de Lacerda e Almeida recriminavam os próprios escravos, considerando-os a eles e aos seus senhores os culpados pela concretização da expedição. Os escravos de D. Francisca Josefa de Moura Menezes, apesar da lealdade manifestada à sua ama e, por conseguinte, a Lacerda e Almeida, ameaçaram desertar por não poderem suportar mais os maus-tratos que

sofriam do capitão João da Cunha Pereira⁴⁹. Lacerda e Almeida foi obrigado a recrutar mais carregadores durante o percurso, primeiro entre os maraves, localizados ao norte do rio Zambeze, e depois entre os bisas, que viviam além do Aruângua. Mas, os elementos do seu “estado-maior” antagonizaram também Gonçalo Caetano Pereira por ter intermediado a contratação de carregadores maraves para suprir a falta dos que desertavam⁵⁰.

O recrutamento de carregadores durante o trajecto até ao Kazembe, um espaço em que o governador dos Rios de Sena não tinha qualquer autoridade e era obrigado a encetar conversações com os chefes africanos, implicou complexas negociações sobre as suas condições de participação, nomeadamente o pagamento que eles deviam receber e o trajecto que deviam efectuar. A negociação com um dos grupos maraves ilustra essa situação:

“Apareceram Maraves para pegar nos volumes; e como viram a necessidade em que eu estava, não quiseram pegar neles sem receber a paga, cujo ajuste foi bem trabalhado de parte a parte, e por fim cada um deles receber um capotim (dois panos) em risco de ficarem perdidos se de noite se ausentarem, como temo acontecer”⁵¹.

Com efeito, os carregadores exigiam preços muito mais elevados do que Lacerda e Almeida queria pagar, em particular, porque eram superiores ao ajustado com os bisas que transportavam as mercadorias desde Tete⁵². Por vezes, a expedição ficava dias parada à espera de conseguir recrutar carregadores para substituir os que desertavam. Acresce que frequentemente os carregadores se recusavam a caminhar além de determinado ponto do percurso. Na verdade, como bem frisou B. Heintze, em geral, as caravanas do centro de África não viajavam de um determinado ponto até ao destino final. Elas combinavam etapas que constituíam rotas do comércio regional ou local com o comércio de longa distância⁵³. Neste quadro, os carregadores maraves e bisas que iam sendo arrematados ao longo do percurso rejeitavam ir além de um certo ponto ou simplesmente manifestavam essa recusa fugindo⁵⁴. De facto, este era um trabalho muito pesado, o que implicava que os seus executantes, para além das pausas no percurso, trabalhassem durante períodos alternados. Aparentemente, o recurso a contratos por etapas da jornada justificava-se também pelo conhecimento que os africanos tinham de determinado espaço próximo, o qual não possuíam para lá de certos limites.

A dureza desse trabalho também determinava o ritmo de andamento das caravanas. Nas caravanas africanas, os carregadores caminhavam quase sempre só da parte da manhã. O tempo de marcha não ultrapassava, em geral, as 4 ou 5h, excluindo os períodos de descanso, o que se traduzia numa progressão de 12 a 15 km por dia⁵⁵. Na expedição de ida, Lacerda e Almeida informou que os carregadores se melindraram com uma marcha de duas léguas e meia num dia, ou seja, o equivalente àquele

⁴⁴ Sobre esses escravos, ver Newitt 1973, Isaacman e Isaacman 2006; Capela 1995; Rodrigues 2002.

⁴⁵ Rodrigues 2012. Sobre as dificuldades de recrutamento de carregadores para o período de 1850 a 1900, ver Isaacman e Isaacman 2006: 163-208.

⁴⁶ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 202.

⁴⁷ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 203.

⁴⁸ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 198.

⁴⁹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 209.

⁵⁰ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 211.

⁵¹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 204.

⁵² Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 209-216.

⁵³ Heintze 2004: 248.

⁵⁴ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 202, 206, 235, 236, 239, 241.

⁵⁵ Heintze 2004: 292-293.

percurso⁵⁶. Mas, o tempo médio de marcha diária era certamente inferior, como também sugere a informação do padre Francisco João Pinto, que esclareceu que os carregadores do Kazembe que se deslocavam até à Lunda apenas faziam 3h de marcha diária⁵⁷. Quando o explorador luso-brasileiro tentava imprimir um ritmo mais acelerado à marcha, os carregadores africanos resistiam. A certa altura, eles recusaram-se a avançar mais e fizeram retroceder aqueles que já iam à frente. E, no dia a seguinte, puseram-se em marcha, mas pelas 10h da manhã pararam, por ser costume pernhoitarem naquele lugar⁵⁸. Noutra ocasião, não marcharam mais de meia légua, ameaçando os soldados “com as suas frechas, se os quisessem obrigar a marchar mais”⁵⁹. Tudo indica que estas tomadas de posição, tal como a discussão dos contratos, eram colectivas, como sugere a informação de Lacerda e Almeida: “Todos os cafres se juntaram e disseram que neste dia queriam ficar nesta povoação”⁶⁰.

No entanto, a marcha podia ser apressada ou retardada em função das necessidades de sobrevivência das caravanas. A caravana ou parte dela podia estacionar alguns dias junto de uma aldeia para se abastecer, dado o tempo exigido para que o seu chefe reunisse provisões em distintos pontos do seu território. Noutras partes do trajecto de grande esterilidade, podia acelerar a marcha para procurar alimentos ou um rio para obter água⁶¹. De facto, a expedição enfrentou a falta de alimentos e a necessidade de os comprar mais caros, em ambos os percursos. No trajecto de regresso, os bisas jogaram com a necessidade dos viajantes para aumentar enormemente o preço dos víveres e também como represália por os encararem como concorrentes num negócio em que antes eram os únicos intermediários com o Kazembe⁶².

Certas circunstâncias do percurso podiam dar aos carregadores um maior poder negocial. A transposição de determinados obstáculos, como a travessia dos pântanos e rios, era extremamente complicada. Exigia, não raro, a construção de pontes para chegar à outra margem, embora a maior parte dos rios estivesse seca na ocasião da viagem de ida para o Cazembe. No regresso, a passagem dos rios Nuena e Chambeze implicou a construção de pontes “armadilhas”, pelas quais os africanos, após demoradas negociações, exigiram um preço alto. E durante a passagem do Chambeze paravam por diversas vezes e iam sempre aumentando o seu preço. De tal modo, que ao fim do dia parte da expedição ficou numa margem e a outra na outra⁶³. Em casos extremos de hostilidade dos habitantes locais, os africanos podiam imprimir à caravana um ritmo tão apressado que os estrangeiros que eles transportavam acabavam por reclamar. Isso aconteceu quando o grupo fugia dos bisas. Os escravos de Gonçalo Caetano Pereira, que o padre Pinto acusava de se deixar governar por eles, ameaçavam deixar os restantes membros da caravana para trás se eles não acelerassem o passo⁶⁴.

Lacerda e Almeida projectara a caravana marchando toda unida sob a protecção dos 50 soldados municados e dos escravos armados que levava. No entanto, ao longo do trajecto os africanos impunham a sua própria lógica de organização da caravana, separando-se

em grupos. “Não há razão que os convença, que devemos marchar unidos quanto nos for possível, para podermos resistir aos inimigos”⁶⁵, queixava-se o matemático quando a caravana sofria roubos de cargas ou de gente, geralmente escravos pequenos⁶⁶. De acordo com B. Heintze, essa era a forma de organização das caravanas na África ocidental, onde os viajantes apenas transitavam unidos por razões de segurança⁶⁷, situação que não parece ter ocorrido em várias fases desta viagem. Certamente, essa divisão estava relacionada com a maior facilidade em arranjar alimentos para grupos menores, mesmo que todos trilhassem o mesmo caminho. A reunião de uma grande quantidade de víveres era demorada e a divisão da caravana em grupos conferia mais tempo para angariar esses alimentos em aldeias dispersas de uma determinada chefatura.

Desse modo, a caravana chefiada por Lacerda e Almeida acabou por fazer a grande parte do percurso dividida em três grupos⁶⁸, que, eventualmente, se reuniam nos locais dos acampamentos⁶⁹. A entrada na cidade do Kazembe fez-se em duas grandes “divisões”, como os expedicionários as chamaram, as quais chegaram com dias de diferença. De modo semelhante, o retorno a Tete processou-se em três grupos, que partiram em alturas próximas, mas distintas, conquanto nesta opção tenham pesado também os conflitos entre os membros da expedição. Apenas dispomos do relato da viagem do grupo chefiado pelo padre Pinto e mesmo esse dividiu-se em dois, um em que seguiam o padre e Pedro Nolasco e outro composto por Gonçalo Caetano Pereira e o seu filho Manuel Caetano Pereira. Não se sabe exactamente quantos indivíduos integravam estes grupos, mas eles eram certamente numerosos. Conforme o padre Pinto, a comitiva que atravessou o Aruângua, correspondente a um dos três grupos, era constituída por cerca de trezentas pessoas, apesar de já se ter desmembrado no percurso⁷⁰.

Mas o que transportavam os carregadores? Como em qualquer expedição, eles carregavam as bagagens pessoais dos expedicionários, presentes para oferecer aos chefes africanos e mercadorias, algumas das quais destinadas à aquisição dos alimentos de que necessitavam. A maior parte desses bens era conduzida por cada homem em trouxas, localmente chamadas fumbas. No entanto, algumas cargas exigiam que se ocupasse delas um número maior de indivíduos. Na viagem de ida essa situação é ilustrada pelo transporte de arcas de bens pessoais de Lacerda e Almeida⁷¹, ou de alguns dos presentes exigidos pelo *mwata kazembe* - um caixão de louça, três poltronas e um barril de pólvora⁷² ou as fraqueiras de cachaça e aguardente de Portugal reservadas para presentear vários chefes⁷³. Na viagem de retorno, a condução de dentes de marfim implicava geralmente dois carregadores⁷⁴. Evidentemente, o desempenho destas tarefas implicava uma certa especialização, como a sincronia de movimentos exigida pelo transporte de grandes volumes.

⁵⁶ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 222.

⁵⁷ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 276.

⁵⁸ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 223.

⁵⁹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 205.

⁶⁰ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 206.

⁶¹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 235.

⁶² Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 353-354.

⁶³ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 351-352.

⁶⁴ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 367.

⁶⁵ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 217.

⁶⁶ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 206-207; 217.

⁶⁷ Heintze 2004: 353.

⁶⁸ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 217-219; 256-258.

⁶⁹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 209; 239.

⁷⁰ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 374.

⁷¹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 203.

⁷² Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 204.

⁷³ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 215.

⁷⁴ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936. Sobre o peso dos dentes de marfim e o seu transporte, ver Isaacman e Isaacman 2004: 166-167.

Uma tarefa ainda mais diferenciada era o transporte de pessoas, no caso desta expedição, de todos os indivíduos considerados “brancos”. Com efeito, tanto os que pertenciam à elite dos Rios de Sena como pessoas de estrato mais baixo faziam-se carregar em machilas. Estas eram usualmente fabricadas em grossos tecidos de algodão de produção local e sustentadas por paus, que os carregadores transportavam ao ombro. Lacerda e Almeida designava o seu meio de transporte por *palanquim*⁷⁵, salientando a curiosidade dos africanos em relação àquela “casa”. Assim, a sua machila, apresentava uma cobertura, não se sabendo se outras que seguiam na expedição a incluíam. Com efeito, o padre Francisco Pinto mencionou abundantemente no seu diário as machilas em que se faziam transportar os membros da expedição, mas não aludiu a nenhum *palanquim*⁷⁶.

O transporte das machilas exigia um treino específico e era executado por escravos experimentados nessa tarefa. Na atribulada viagem de regresso a Tete, o padre Pinto ficou sem os seus carregadores. Nestas circunstâncias, pediu a Pedro Nolasco Vieira de Araújo, que viajava na sua comitiva, nove escravos de D. Francisca Meneses para transportarem a sua machila, cedendo-lhe em troca, para o transporte de cargas, os seus “escravos burros, que vinham em gargalheiras”⁷⁷, isto é, os escravos que ele tinha adquirido recentemente no Kazembe e que vinham presos. As informações fornecidas pelo padre sugerem que habitualmente nestas viagens eram necessários 20 escravos para transportar uma machila, já que eles se iam revezando nesta exigente tarefa. Porém, em situações extraordinárias, esse número podia ser reduzido para metade⁷⁸. De facto, as longas caminhadas diárias a pé eram vistas como extremamente penosas pelos elementos da sociedade colonial e a falta de carregadores de machila como um dos piores acontecimentos destas viagens. O padre Pinto contou como, após o seu grupo ter sido atacado pelos bisas no regresso a Tete, foi obrigado a fugir pé, pelos matos, sem que houvesse escravos dispostos a carregá-lo. Na passagem de um rio, tendo de passar com água pela cintura, depois de muitos rogos, dois escravos acederam a elevá-lo, deitando-o aliás à água, quando os bisas surgiram na margem. No troço seguinte, tanto o padre como Pedro Nolasco tiveram de caminhar, porque os seus escravos tinham deixado propositadamente as canas das machilas no sítio do assalto dos bisas, para não serem obrigados a transportá-los e, assim, aligeirarem a marcha. E dizia o padre: “já não podíamos com semelhante marcha”⁷⁹. De facto, estas marchas eram consideradas insuportáveis pelos viajantes estrangeiros, que recorriam sempre a carregadores para explorar o continente africano.

Porém, note-se que não eram apenas as expedições europeias ou coloniais a empregar o transporte humano para conduzir pessoas. Os chefes africanos podiam também socorrer-se de carregadores, como fez Anceva, uma espécie de ministro do Tesouro e dos Negócios Estrangeiros do *mwata kazembe*, que, quando foi buscar a expedição do padre Pinto, ora caminhava a pé, ora era levado numa cadeira, particularmente na travessia dos rios e pântanos⁸⁰.

⁷⁵ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 202.

⁷⁶ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 323-324.

⁷⁷ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 345.

⁷⁸ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 336-337.

⁷⁹ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 364-366.

⁸⁰ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 254.

Enfim, nas longas caminhadas pelo território africano, o serviço dos carregadores era indispensável ao êxito das expedições, pois eram eles a transportar todas as bagagens necessárias ao período da viagem e a conduzir os próprios exploradores.

Guias e intérpretes: intermediando mundos

Guias e intérpretes também desempenhavam papéis fundamentais em qualquer expedição⁸¹. Eles actuavam como os principais intermediários entre as sociedades locais e os estrangeiros, especialmente importantes em zonas de contacto⁸². No que toca à expedição de Lacerda e Almeida, esses indivíduos já tinham fornecido informes cruciais para o planeamento da jornada e durante o percurso asseguraram os contactos com o território e as suas populações. Como noutras caravanas em África, frequentemente, os mesmos indivíduos desempenhavam simultaneamente as funções de guia e de intérprete. Tal compreende-se pelo facto de eles se terem deslocado a um determinado território, tendo adquirido um conhecimento, mesmo que não muito profundo, sobre a sua geografia e os seus habitantes e, evidentemente, sobre a sua cultura e língua. Essas aptidões dos pilotos locais para orientarem os viajantes nos espaços diferenciados que eles dominavam eram reconhecidas pelos exploradores estrangeiros. Na instrução que elaborou para que os restantes elementos pudessem prosseguir o caminho para Angola, se ele próprio falecesse, Lacerda e Almeida recomendou o recurso aos guias locais. O capitão João da Cunha e o piloto africano Bernardino foram designados para atingir a foz do Cunene por via fluvial e, a partir daí, chegarem a Luanda por mar. Mas, caso não o conseguissem, regressariam pela mesma via ao Kazembe e a partir daqui percorreriam as rotas terrestres, “conduzidos pelos cafres daquele continente”⁸³, que frequentavam o comércio de Benguela. Do mesmo modo, Pedro Xavier Velasco e Pedro Nolasco Vieira de Araújo, apontados para chegar a Luanda usando a rota do Kazembe à Lunda, deveriam acompanhar os mercadores arundos⁸⁴. A viagem para o Kazembe mostrou a dependência em que os exploradores estrangeiros estavam dos seus guias africanos. A caravana foi conduzida pelos escravos dos moradores dos Rios de Sena que já tinham feito essa jornada e pelos bisas, que detinham uma prática mais antiga⁸⁵. Em geral, os guias seguiam à frente das caravanas, mas podiam distribuir-se por vários dos seus trechos. Lacerda e Almeida, que não encabeçava a comitiva, tinha junto de si o guia que acompanhara Manuel Caetano Pereira na última viagem⁸⁶. Com efeito, esses guias reconheciam as estradas percorridas habitualmente pelas caravanas, a partir das suas anteriores experiências. O seu conhecimento era fundamental do ponto de vista da geografia física, indicando os caminhos a percorrer ou os obstáculos a contornar. Quando atravessavam troços cheios de mato, tinham de desbravá-lo ou no caso dos pântanos de os contornar⁸⁷. A actuação dos guias era analogamente essencial para identificar as zonas desabitadas, onde os caminhantes não tinham qualquer apoio, e as povoações onde era

⁸¹ Sobre o papel dos guias nas expedições da África Ocidental, ver Heintze 2004.

⁸² Sobre a “zona de contacto”, ver Pratt 1999.

⁸³ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 181.

⁸⁴ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 177-183.

⁸⁵ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda, *passim*.

⁸⁶ Francisco José de Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 257.

⁸⁷ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 244, 254-255.

possível adquirir alimentos. De facto, era em função dessa informação que a marcha da caravana podia ser apressada, quando transitava por lugares estéreis, ou ocorria a decisão de demorar um ou mais dias num dado local, para comprar provisões e aproveitar para descansar. Esse tipo de informação, tão importante para quem se movia no terreno, não podia ser fornecido pelos instrumentos científicos dos exploradores europeus por mais apetrechados que eles estivessem. O matemático Lacerda e Almeida estava decidido a servir-se das “observações astronômicas, verdadeiras práticas das estradas, e caminhos mais breves”⁸⁸. Porém, no decurso da sua viagem, em que, no meio da doença, registava os seus rumos e coordenadas geográficas, teve de confiar nos práticos africanos para atingir o Kazembe.

Frequentemente, os chefes do território por onde passava a caravana dispensavam guias para determinado troço do percurso, geralmente o território ocupado pelas populações que eles governavam. As funções principais destes guias consistiam em proteger os viajantes e assegurar que eles conseguiam comida. No regresso da expedição, o grupo em que viajava o comandante, o padre Francisco João Pinto, foi guiado pelo chefe arundo Anceva, que o devia comboiar no percurso em terras do Kazembe, garantindo a sua segurança e o aprovisionamento de géneros⁸⁹.

A utilização de guias locais era especialmente importante quando, perante o surgimento de alguma hostilidade, os expedicionários eram obrigados a deixar os caminhos habitualmente calcados para se refugiarem nos “matos”, o espaço não habitado pelo homem e deixado à natureza. No retorno a Tete, a caravana em que viajavam o padre Pinto, Pedro Nolasco Vieira de Araújo e Gonçalo Caetano Pereira foi violentamente atacada pelos bisas, retaliando contra a concorrência que eles promoviam. Os viajantes foram obrigados a largar a carga e a optar pelos “matos” para regressar a Tete. O experimentado e reputado Gonçalo Caetano Pereira abandonou todo o seu marfim, cerca de 600 arrobas, e Pedro Nolasco muito marfim, baús, caixas e outros bens, que foram saqueados não só pelos bisas mas também pelos escravos dos moradores de Tete. Tentando encontrar segurança, o grupo de cerca de 300 pessoas abandonou as estradas e embrenhou-se nos “matos”. Durante este percurso em que fugiam dos seus perseguidores, esses viajantes foram abordados por outros chefes, que lhes prometeram dispensar guias para trilharem a salvo esses caminhos ignotos. Embora a oferta se tivesse revelado um ardid, ela foi prontamente acolhida pelos responsáveis pela caravana, que esperavam a segurança da sua protecção⁹⁰. Apenas perto do rio Aruângua, o fragmentado grupo disperso pelos “matos” voltou ao caminho das caravanas⁹¹. Com efeito, esses viajantes reconheciam a sua ignorância em relação a esse espaço e a sua dependência em relação ao conhecimento dos africanos que o dominavam.

Tal como o recurso aos guias, a utilização de intérpretes africanos, geralmente chamados “línguas”, era a norma nos contactos dos europeus com os povos africanos⁹², como em qualquer encontro colonial como sublinhou L. Benton⁹³. Os portugueses

tinham-nos usado desde o início da penetração na África Oriental e eles adquiriram um papel particularmente importante no relacionamento com as principais chefias karangas no planalto a sul do Zambeze⁹⁴. No processo de construção da sociedade colonial do vale do Zambeze, assente no domínio dos prazos habitados por africanos e de múltiplas rotas mercantis que a conectavam com vários poderes, a generalidade da elite colonial tinha os seus escravos *achuanga*, indivíduos que dominavam tanto as línguas africanas quanto o português⁹⁵.

A jornada de Lacerda e Almeida distinguiu-se das conduzidas por outros viajantes estrangeiros pelo facto de contar com a participação, forçada ou voluntária, de elementos da sociedade colonial que dominavam ou detinham algum conhecimento das línguas africanas. Com efeito, a maioria dos membros da sociedade colonial dos Rios de Sena, os que aí tinham nascido ou estavam estabelecidos havia anos, entendia as línguas africanas ou pelo menos um número suficiente de palavras, algumas delas bastante próximas nos vários idiomas, para comunicar com os africanos⁹⁶. Como notava Lacerda e Almeida, os que eram “nacionais, ou veteranos no país, muito bem os entendem [aos africanos]”⁹⁷. Mesmo entre os recém-chegados, alguns revelavam uma habilidade especial para aprender as línguas africanas, como era o caso de Tomás Gomes da Silva, natural do rio de Janeiro. Alguns destes membros da sociedade colonial tinham também um profundo conhecimento da cultura das sociedades africanas, como Gonçalo Caetano Pereira e José Rodrigues Caleja. Eles integravam a expedição como “práticos dos matos” para aconselhar Lacerda e Almeida a tratar com os africanos. Mas, o explorador descobriu que eles se tinham acomodado às normas africanas. Lacerda e Almeida achava incompreensível essa convergência de pontos de vista com os africanos, concluindo que a inteligência que a sua comitiva tinha usos locais era ter adoptado esses mesmos costumes⁹⁸. Mesmo quando, aparentemente para não o contradizer, lhe sugeriam medidas punitivas equivalentes às que ele usara com os escravos no Brasil, os seus conselheiros acabavam por recuar. Lacerda e Almeida concluía que era “pela fraqueza de ânimo, e extraordinário medo, que os possuiu”⁹⁹. E, de facto, esses “práticos dos matos”, intermediários culturais entre as sociedades africanas e o explorador luso-brasileiro, sabiam não poder usar impunemente medidas coercivas num espaço que não dominavam.

Todos estes indivíduos constituíam a contraparte colonial dos línguas africanos da expedição de Lacerda e Almeida. Na verdade, a proficiência linguística e cultural de alguns europeus não dispensava a intermediação de intérpretes africanos, nomeadamente quando eram encetadas conversações prolongadas ou importantes com os chefes africanos.

No percurso até ao Kazembe, os intérpretes constituíram o principal veículo de comunicação, quer no que respeita aos africanos – livres e escravos – que integravam a caravana, quer no que toca aos contactos com as chefias locais. De facto, Lacerda e Almeida usou os línguas dos moradores dos Rios de Sena para ouvir as queixas dos escravos de D. Francisca Josefa Moura Meneses contra o capitão João da Cunha

⁸⁸ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 186

⁸⁹ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 345; 349.

⁹⁰ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 360-363.

⁹¹ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 370.

⁹² Conforme B. Heintze, na África ocidental, eram particularmente as expedições científicas a usar um ou dois intérpretes, um número bastante inferior ao da expedição de Lacerda e Almeida. Heintze 2004: 276.

⁹³ Benton 2002: 16.

⁹⁴ Sobre esses intérpretes, ver Rodrigues 2004.

⁹⁵ Sobre os *achuanga* e o seu papel na sociedade colonial do vale do Zambeze, ver Rodrigues 2002: 564-567.

⁹⁶ Sobre o domínio das línguas africanas por elementos da sociedade colonial, ver Rodrigues 2010a.

⁹⁷ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 209.

⁹⁸ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 223.

⁹⁹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 226.

Pereira, que os maltratara, acusando-os de, com a sua persistência na viagem, serem os culpados de tantos incómodos¹⁰⁰. O explorador também manteve longas conversações com os embaixadores do *mwata kazembe*, sobretudo Catara, socorrendo-se do língua e guia que o acompanhava, o que fizera a anterior viagem ao Kazembe com Manuel Caetano Pereira¹⁰¹.

A chegada à cidade do *kazembe* foi relatada pelo padre Francisco João Pinto. No primeiro encontro com este chefe, foram os escravos de Gonçalo Caetano Pereira, em particular Inharugue, que serviram de intérpretes¹⁰². Presumivelmente, estes escravos tinham participado na anterior expedição comercial enviada pelo seu amo ao Kazembe. Acresce que, vivendo na Java, frequentada pelos bisas, eles estavam certamente familiarizados com as línguas dos arundos e dos povos por eles conquistados. Num outro encontro com o *kazembe*, o padre exprimiu-se violentamente em “língua cafreal de Sena”, o *chisena*, para ser traduzido pelo soldado que o acompanhava, seguramente um indivíduo nascido nos Rios de Sena¹⁰³, um daqueles soldados que Lacerda e Almeida se queixava de não se distinguir dos demais africanos¹⁰⁴. Noutra ocasião, o padre usou o seu próprio “domestico”, seguramente o seu escravo *chuanga*, para enviar um recado ao *mwata kazembe*¹⁰⁵. Enfim, os indivíduos que serviam de intérpretes aos membros da expedição podiam ter os mais diversos estatutos e experiências anteriores, combinando essa capacidade com outras funções.

Geralmente, estes intérpretes não eram apenas peritos nas línguas dos diversos povos, mas também no protocolo a observar nos contactos entre os expedicionários e os vários chefes. Esse conhecimento era essencial para o êxito das caravanas pois permitia obter alimentos, mão-de-obra e passaportes. Eles também conheciam o direito dessas sociedades, o que era capital para evitar transgressões que resultavam na imposição de fortes penalizações aos infractores ou negociar os conflitos daí resultantes, os “milandos”¹⁰⁶.

O emprego de intérpretes não era, no entanto, exclusivo dos europeus. Nesta região, vários chefes tinham os seus línguas, os quais podiam acumular outras funções associadas ao controlo dos estrangeiros. De acordo com o padre Pinto, na corte do *mwata kazembe*, os contactos com a expedição portuguesa eram feitos, principalmente, através do chefe Anceva, que além de servir regularmente como emissário ao acampamento português, assistia como intérprete aos encontros do *mwata kazembe* com os expedicionários. Na última audiência concedida por Lukwesa Ilunga, na falta de Anceva, foi Sana Muropué, o irmão daquele chefe, a servir de língua¹⁰⁷. Mas, o *mwata kazembe* parece ter tido também escravos com a tarefa de traduzir as conversações com os estrangeiros. Quando ele chamou o padre Pinto, no dia 23 de Junho de 1799, para lhe comunicar que ia autorizar o regresso da expedição a Tete, empregou como intérprete um seu “domestico”¹⁰⁸. Enfim, as viagens de exploração geográfica, pondo em relação gentes tão diversas, exigiam, de uns e de outros, intermediários com um

conhecimento maior ou menor dos mundos em contacto e cujo papel era facilitar a comunicação linguística e cultural. Era precisamente esse conhecimento que tornava os intérpretes imprescindíveis a qualquer contacto.

A capacidade de se moverem entre dois (ou mais) mundos conferia aos intérpretes um poder que aqueles desprovidos dessas aptidões linguísticas não possuíam. Esse poder assentava na capacidade de fornecer, ocultar e manipular a informação¹⁰⁹. Desde logo, a própria informação geográfica, num sentido amplo, aquela que respeitava aos acidentes do terreno e aos habitantes de um território. Como ficou referido, o próprio Lacerda e Almeida constatava a diversidade e, não raro, considerava ele, a contradição das notícias transmitidas pelos africanos. Essa discrepância conduziu-o a concluir que sem conhecer ele próprio as línguas africanas nunca iria descobrir a “verdade” que interessava à ciência europeia¹¹⁰. Mas, também o levou a considerar que a “mentira” era um atributo dos africanos, sem conjecturar que ela lhes podia ser útil.

A capacidade linguística e cultural dos intérpretes também lhes conferia poder na gestão do dia-a-dia. Eles podiam ir construindo as práticas diárias da caravana em função das informações que manipulavam junto de uns e de outros. Lacerda e Almeida deixou de discutir as medidas coercivas que pretendia usar quando se apercebeu que os elementos do seu “estado-maior” as discutiam abertamente diante dos seus escravos. Assim, as conversas dos membros da sociedade colonial “logo passam aos cafres, por meio dos seus domésticos, perante quem falam sem reserva”¹¹¹. Na posse dessa informação, esses intérpretes revelavam as intenções dos membros da expedição aos outros africanos, que podiam agir em função desse conhecimento.

Conclusão

Os exploradores africanos, que percorriam as rotas do continente antes de os estrangeiros aí chegarem, eram essenciais nas expedições científicas promovidas pelos poderes europeus. A sua experiência permitiu-lhes acumular as informações imprescindíveis, transmitidas aos exploradores estrangeiros para planearem as suas viagens e as poderem executar. As próprias caravanas de exploração geográfica dependiam totalmente dos carregadores, intérpretes e guias africanos. As diferenças entre as experiências e os objectivos dos portugueses e dos africanos obrigavam os exploradores a uma constante negociação com os membros da caravana.

A transmissão dos conhecimentos africanos aos estrangeiros, que podiam ser ou não europeus, implicava técnicas de negociação que permitiam aos que se lançavam nas explorações científicas apropriarem-se desses conhecimentos e integrá-los na ciência europeia. Esses conhecimentos eram reelaborados em função dos padrões da ciência europeia, para serem registados e postos a circular, sob diversos meios.

¹⁰⁰ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 209.

¹⁰¹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 213-215.

¹⁰² Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 262; 285; 301.

¹⁰³ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 311.

¹⁰⁴ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 189; 200-201; 226.

¹⁰⁵ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 321-322.

¹⁰⁶ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 198, 218.

¹⁰⁷ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 343.

¹⁰⁸ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 329.

¹⁰⁹ Sobre esse poder dos intérpretes ver Lawrence, Osborn e Roberts 2006: 10-19.

¹¹⁰ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 245.

¹¹¹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 227.

Referências

- BENTON, Lauren, 2002 – *Law and Colonial Cultures: Legal Regimes in World History, 1400-1900*, New York, Cambridge University Press.
- BENTON, Lauren, 2010 – *A Search for Sovereignty. Law and Geography in European Empires, 1400-1900*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BOURGUET, Marie-Noëlle, 1997 – “O explorador”, in Vovelle, Michel (dir.), *O Homem do Iluminismo*, Lisboa, Presença, pp. 207-249.
- BURKE, Peter, 2000 – *A social history of knowledge: from Gutenberg to Diderot*, Cambridge, Polity.
- BURTON, Richard F., 1873 – *The lands of Cazembe*, Londres.
- CAPELA, José, 1995 – *Donas, Senhores e Escravos*, Porto, Afrontamento.
- CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da, 2004 – *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas. Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*, Dissertação de Doutoramento em História, Universidade Federal do Paraná.
- CUNNISON, I., 1959 – *The Luapula Peoples of Northern Rhodesia. Custom and History in Tribal Politics*, Manchester.
- EÇA, Filipe Gastão de Almeida de, 1951 – *Lacerda e Almeida. Escravo do dever e mártir da ciência (1753-1798)*, Lisboa.
- HARRISON, Mark, 2005 – “Science and the British Empire”, in *Isis*, nº 96, pp. 56-63.
- HEINTZ, Beatrix, 2004 – *Pioneiros Africanos. Caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*, Luanda, Editorial Nzila.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (ed.), 1944 – *Diários de Viagem*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- ISAACMAN, Allen e Isaacman, Barbara, 1991 – “Os prazeiros como trans-raianos: um estudo sobre transformação social e cultural”, in *Arquivo. Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 10, pp. 5-48.
- ISAACMAN, Allen F. e Isaacman, Barbara S., 2006 – *Escravos, escravagistas, guerreiros e caçadores. A Saga dos Chicundas do Vale do Zambeze*, Maputo, PROMÉDIA.
- LAWRENCE, Benjamin N., Osborn, Emily Lynn e Roberts, Richard, 2006 – *Intermediaries, interpreters, and clerks: African employees in the making of colonial Africa*, Wisconsin, Wisconsin University Press.
- MACOLA, Giacomo, 2002 – *The Kingdom of Kazembe: History and Politics in North-Eastern Zambia and Katanga to 1950*, Hamburg, Lit.
- MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro, 1997 – *Francisco José de Lacerda e Almeida, Travessias científicas e povos da África Central (1797-1884)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- MOTA, Avelino Teixeira da, 1962 – *D. Luís da Cunha e a Carta da África Meridional de Bourguignon D’Anville (1725)*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

- MOTA, Avelino Teixeira da, 1964 – *A Cartografia Antiga da África Central e a travessia entre Angola e Moçambique (1500-1860)*, Lourenço Marques.
- MÚRIAS, Manuel (ed.), 1936 – *Travessia de África pelo Dr. Lacerda e Almeida*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- NEWITT, M.D.D., 1973 – *Portuguese settlement on the Zambesi*, London, Longman
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello e Cruz, Ana Lúcia Rocha, 1999 – “Brasileiros a serviço do Império: a África vista por naturais do Brasil, no século XVIII”, in *Revista Portuguesa de História*, vol. 33, pp. 153-190.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello e Cruz, Ana Lúcia Rocha, 2006 – “A história de uma ausência: os colonos cientistas da América portuguesa na historiografia brasileira”, in Frago, João, Florentino, Manolo, Jucá, Antônio Carlos e Campos, Adriana (org.), *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*, Vitória e Lisboa, EDUFES e ICT, pp. 357-390.
- PESTRE, Dominique, 1995 – «Pour une histoire sociale et culturelle des sciences. Nouvelles définitions, nouveaux objets, nouvelles pratiques», in *Annales HSS*, 50: 3, pp. 487-522.
- PRATT, Mary Louise, 1999 – *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, Bauru, Editora da Universidade do Sagrado Coração.
- RAMINELLI, Ronald, 2008 – *Viagens Ultramarinas. Monarcas, vassallos e governo a distância*, S. Paulo, Alameda.
- ROBERTS, Lissa – “Situating Science in Global History. Local exchanges and networks of circulation”, in *Itinerario*, vol. XXXII, n.º 1, 2009, pp. 9-30.
- RODRIGUES, Eugénia, 2000 – “Chiponda, a ‘senhora que tudo pisa com os pés’. Estratégias de poder das donas de prazos do Zambeze no século XVIII”, in *Anais de História de Além-Mar*, vol. I, pp. 101-132.
- RODRIGUES, Eugénia, 2004 – “Embaixadas portuguesas à corte dos mutapa”, in Carneiro, Roberto e Matos, Artur Teodoro de (coord.), *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM/CEPCEP, pp. 753-779.
- RODRIGUES, Eugénia, 2007 – “D. Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville: das representações da África Austral aos projectos de reconfiguração do império português”, in *Actas do III Encontro Internacional de História de Angola*, Luanda, 25-28 de Setembro 2007 (no prelo).
- RODRIGUES, Eugénia, 2010a – «La cartographie française et l’empire portugais dans l’océan Indien dans la première moitié du XVIIIe siècle», in *The XIII International Seminar on Indo-Portuguese History*, Université de Provence, Aix-en-Provence e Marselha, 22 a 28 de Março de 2010 (no prelo).
- RODRIGUES, Eugénia, 2010b – “Colonial Society, Women and African Culture in Mozambique, c. 1750-1850”, in Sarmento, Clara (dir.), *From Here to Diversity: Globalization and Intercultural Dialogues*, Newcastle-Upon-Tyne, Cambridge Scholars Publishing, pp. 253-274.

RODRIGUES, Eugénia, 2012 – “Francisco José de Lacerda e Almeida: viagem e ciência na África Oriental (1797-1798)”, in Pereira, Magnus R. M. e Ribas, André A. (eds.), *Francisco José de Lacerda e Almeida: Um astrónomo paulista no sertão africano*. Curitiba, Editora UFPR (no prelo).

SANTOS, Maria Emília Madeira, 1988 – *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.

O sul de Moçambique na viragem do século XIX: Território, exploração científica e desenvolvimento

Ana Cristina Roque*

p. 103-112

1. Nota Prévia

As questões que aqui se apresentam, resultam de um trabalho em curso no âmbito de um projecto – *Conhecimento e Reconhecimento em espaços de influência Portuguesa: registos, expedições científicas, saberes tradicionais e biodiversidade na África Subsariana e Insulíndia¹* –, recentemente financiado pela FCT no âmbito do Programa História da Ciência, que se desenvolve num contexto cronológico, geográfico e temático mais vasto e diversificado que a temática que será aqui abordada.

O projecto reúne uma equipa multidisciplinar, numa parceria do Instituto de Investigação Científica Tropical com a Universidade Nova e a Universidade Técnica de Lisboa, e tem como núcleo central de pesquisa as Missões Científicas Portuguesas dos séculos XVIII, XIX e XX empreendidas em Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Timor; sendo que prevê igualmente a identificação e a avaliação de um conjunto de informações prévias que, desde o século XVI, foram criando e consolidando os conhecimentos necessários à sua realização.

Considerando este universo espaço-temporal, o projecto visa proceder ao resgate da informação histórica respeitante a recursos naturais, biodiversidade e saberes e práticas tradicionais no sentido de demonstrar a importância e o contributo actual deste tipo de informação, designadamente ao nível da possibilidade da sua contribuição para minimizar ou solucionar problemas actuais. Em simultâneo, pretende-se chamar a atenção para a importância actual da recuperação da informação relativa a estas explorações e missões, evidenciando tanto os seus aspectos científicos e técnicos e a forma como os seus resultados foram apreendidos e divulgados, quanto a diversidade da informação que foi recolhida.

Daí a importância de uma abordagem em que, considerado um determinado espaço geográfico, se considere simultaneamente o território, a exploração científica e o desenvolvimento. Por sua vez, o contexto espaço-temporal escolhido – Sul de Moçambique nos finais do século XIX – remete-nos para aspectos muito precisos da organização,

* Instituto de Investigação Científica Tropical. Departamento de Ciências Humanas / Programa de Desenvolvimento Global.

¹ Proj. FCT. HC 0075/2009.